

Positivismo lógico e análise

Logical positivism and analysis

 10.21680/1983-2109.2026v33n68ID41776

Introdução e tradução por Evelyn Erickson

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

evelyn.f.erickson@gmail.com

L. Susan Stebbing

Lido em 22 de março de 1933 para a

Annual Philosophical Lecture Henriette Hertz Trust

da Academia Britânica*

Introdução

A tradução deste texto é motivada por três fatores: o recente interesse da filosofia analítica em sua própria história, o projeto de resgate de filósofas negligenciadas pelo curso da história, e uma certa crise de identidade da filosofia analítica em estabelecer a fruição de seu suposto método. Susan Stebbing (1885–1943) se encontra na confluência destes três interesses: é uma figura altamente relevante para o surgimento da tradição analítica, foi praticamente esquecida por essa tradição para o qual ela tanto

contribuiu, e é uma filósofa crítica dos métodos de análise de seus supostos fundadores: Russell, Moore, Wittgenstein e o Círculo de Viena. O mito de fundação favorito da filosofia analítica é a uniformidade do método de análise para a atividade filosófica. Neste texto, já em 1933, Stebbing estabelece uma visão sobre análise que resiste à formação desse mito. Nas páginas que seguem, ela distingue as diferentes formas de *análise* de Moore, Wittgenstein e do Círculo, distingue a noção de *fato* para Russell e Wittgenstein, e critica o *critério de verificabilidade* do *Tractatus*, especialmente adotado pelo Círculo. Seus métodos de análise são muito mais ricos do que a tradução analítica permitiu fruir, e suas críticas aos grandes nomes da filosofia analítica são tão precisas quanto outros vieram a elaborar. Este trabalho de tradução soma aos recentes esforços de reabilitação de Stebbing dentro do cânone analítico, mas não só isso. Espera-se que a apresentação que Stebbing faz de Russell, Moore, Wittgenstein e a filosofia do Círculo também sirva para que leitores atuais possam compreender a filosofia destas figuras de forma mais acurada e crítica.

A “Filosofia”, disse o Dr. Wisdom em uma provocativa nota de rodapé na *Mind*,¹ “se preocupa com a análise de fatos — uma doutrina que Wittgenstein tem recentemente pregado e Moore há muito já praticava”. Embora a antítese do Sr.

¹ John N. Wisdom. IV.—Logical constructions (I). *Mind*, v. 40, n. 158, pp. 188–216. Página 195. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/mind/XL.158.188>. NT: As referências aos textos foram adaptadas para o estilo atual, e um link está informado sempre que possível.

Wisdom entre “pregar” e “praticar” não esteja muito bem formulada, ela ainda assim tem alguma adequação. Wittgenstein disse muito sobre a natureza da filosofia, mas ele parece ter deixado para outros a tarefa de desvendar as consequências dessa concepção. Moore, por outro lado, dificilmente pode-se dizer que tenha declarado explicitamente sua concepção de filosofia, mas ele mostrou na maneira mais clara possível o que ele concebe ser a natureza daqueles problemas com os quais a filosofia se preocupa. Isto ele fez ao enunciar claramente, no caso de cada problema com o qual ele lidou, *qual é* exatamente o problema, e *como* exatamente ele propõe lidar com ele. Isto, deve ser admitido, é uma rara virtude entre filósofos.²

Devo tornar claro de início que ao falar sobre o trabalho filosófico de Moore estou me referindo aos seus escritos publicados. Não é possível para mim determinar se — e caso positivo, em que medida — ele mudou recentemente sua visão. Também não posso ter certeza de que eu interpreto sempre corretamente suas declarações, embora eu gostaria de acreditar que eu não tenha interpretado gravemente mal suas posições. Quanto ao meu conhecimento das doutrinas de Wittgenstein, sou forçada a depender principalmente dos escritos do grupo de filósofos, às vezes referidos como “der Wiener Kreis”,³ que parecem ter se devotado a elaborar as consequências de sua visão acerca da natureza da filosofia. O único trabalho publicado de Wittgenstein, o *Tractatus Logico-Philosophicus*, é extremamente denso e, sem dúvida deliberadamente, oracular. Poucos que não tenham outro

² Muitos de nós que conhecemos algo sobre o trabalho do Prof. Moore podemos, de fato, dizer que ele nos mostrou como os problemas filosóficos devem ser abordados, pouco que consigamos seguir o seu exemplo.

³ NT: Círculo de Viena, no original em alemão.

conhecimento de suas opiniões provavelmente entenderão as declarações enigmáticas do *Tractatus*. Parece, no entanto, que Wittgenstein fez declarações menos enigmáticas sobre sua visão em palestras e conversas. Estas opiniões foram relatadas por vários membros do grupo de Viena; me refiro especialmente a Moritz Schlick, Rudolf Carnap, Friedrich Waismann e Otto Neurath. Apesar das divergências nos detalhes, estes filósofos mantêm em comum a teoria que veio a ser descrita como “Positivismo Lógico”.⁴ Até onde sei, essa descrição não foi escolhida por membros do grupo. Schlick prefere a descrição “konsequenter Empirismus”.⁵ Ainda assim, a descrição prévia não é inepta, já que os Positivistas Lógicos combinam a repudição à metafísica — no sentido em que Auguste Comte⁶ usou a palavra — com uma aceitação completa da teoria lógica de Frege, Peano, Whitehead, e Russell, como desenvolvida por Wittgenstein. Essa “nova

⁴ Também é descrito como “Logistischer Positivismus”. Ver o livro com este título por Åke Petzäll (Gotemburgo: Wettergren & Kerber 1931). Ele cita a seguinte declaração interessante, de um manifesto publicado “pelo círculo” em 1929: “Este círculo não possui uma organização rígida, compõe-se de indivíduos com uma atitude científica igual e básica. Cada membro esforça-se por se adaptar, cada um põe os vínculos comuns em primeiro plano, nenhum deseja perturbar os liames com idiossincrasias. Em muitos casos, um membro pode substituir outro, a obra de um pode ser continuada por outro” (p. 5). NT: foi consultada a tradução de Fernando Pio de Almeida Fleck em: Hahn, Hans; Otto Neurath; Rudolf Carnap; Fernando Pio de Almeida Fleck (trad.); “A concepção científica do mundo — o círculo de Viena”, *Cadernos de História e Filosofia da Ciência* 10, pp. 5-20, 1986.

⁵ Schlick, M. Positivismus und Realismus. *Erkenntnis*, v. 3, n. 1, pp. 1–31, 1932. Página 30. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/BF01886406>.

⁶ Carnap certamente considera Comte como o Fundador do movimento (ver *Erkenntnis*, v. 2, p. 461). Disponível em: <https://doi.org/10.1007/BF02028172>.

lógica”, como Carnap chama,⁷ permite-lhes evitar as dificuldades encontradas pelo empirismo de Comte, J. S. Mill e Mach, que se esforçaram para tratar a lógica e a matemática como estudos empíricos e indutivos. Apontarei adiante que essa nova lógica tem um papel ainda mais importante a desempenhar como influência formativa na teoria dos Positivistas Lógicos. Certamente o Positivismo Lógico pode ser considerado em grande medida decorrente de inspiração de Wittgenstein. É essa teoria que considerarei principalmente em relação à prática filosófica de Moore.

Não seria surpreendente, eu acho, se a teoria de Wittgenstein estivesse de acordo com a prática de Moore. Não pode haver dúvida de que Wittgenstein foi profundamente influenciado por Bertrand Russell, enquanto que a interação entre as visões de Moore e Russell devem ser evidentes para qualquer um que estudou seus escritos em ordem cronológica. Tal estudo valeria a pena pela luz que lançaria sobre a situação atual que, um tanto infelizmente, veio a ser chamada “a escola de filosofia de Cambridge”. Este estudo obviamente está fora do escopo da atual palestra. É importante, no entanto, ter em mente as várias vertentes que contribuíram para o desenvolvimento do Positivismo Lógico. Moore e os Positivistas Lógicos, incluindo Wittgenstein, concordam em rejeitar certas visões tradicionais, e ainda não incomuns, acerca da natureza da filosofia.⁸ Esse ponto de acordo é, na

⁷ Carnap, R. Die alte und die neue Logik. *Erkenntnis*, v. 1, n. 1, 1930. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/BF00208606>. O texto foi traduzido para português por Alexandre Alves e está disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/principios/article/view/31448>.

⁸ Com esta rejeição eu também concordo. As visões rejeitadas são aquelas que mantêm que a filosofia diz respeito à “natureza suprema da realidade”. Mas nesta frase “suprema” não significa nada. Considerei, em outro texto, os motivos pelos quais essa visão deve ser rejeitada, e apontei que as consequências desta rejeição envolvem a negação da possibilidade de uma metafísica dedutiva. Ver *Proceedings of the Aristotelian Society*, v. 33,

minha opinião, de considerável importância e traz esperança para o desenvolvimento futuro da filosofia. Penso, no entanto, que é enganosamente descrito como concordância com a visão de que “a filosofia se preocupa com a análise de fatos”. Mesmo que Moore e Wittgenstein ambos aceitassem esta alegação não se concluiria que concordassem a respeito do significado de “análise” ou de “fato”. Desse modo, parece-me haver espaço para dúvida se a doutrina “recentemente pregada” por Wittgenstein for a mesma doutrina “há muito praticada” por Moore. Meu objetivo nesta palestra é indagar até que ponto há uma divergência entre eles e perguntar quão fundamental é essa divergência. Primeiro, indagarei em que sentido exatamente se pode dizer que Moore sustenta, ou que sustentou, que a filosofia se ocupa da análise de fatos. Segundo, considerarei a teoria do Positivismo Lógico, e perguntarei que uso eles fazem da análise. Terceiro, tentarei indicar que esse afastamento revela uma certa fraqueza na teoria do Positivismo Lógico. Concluirei com uma breve enunciação do que me parece ser a natureza e a importância da análise na investigação filosófica.

Uma certa atitude para com problemas filosóficos e um certo método para lidar com eles são características da prática filosófica de Moore. Esta atitude ele mantém consistentemente, apesar das mudanças importantes em suas opiniões com relação a várias questões. Na minha opinião, uma das grandes contribuições de Moore para a filosofia é sua insistência em que os filósofos devam começar aceitando como *verdadeiras* certas afirmações do senso comum que todos nós deveríamos — quando não deveríamos estar envolvidos em filosofia — admitir *sem hesitação* que são verdadeiras. Em outras palavras, Moore insistiu que não

n. 1, pp. 65–94, 1933. Disponível em:
<https://doi.org/10.1093/aristotelian/33.1.65>.

pertence à tarefa da filosofia negar a verdade de afirmações do senso comum, que “ordinariamente” seriam ditas “verdadeiras”, com base na existência de um sentido em que não são verdadeiras, ou porque sua verdade ainda não foi estabelecida. Pelo contrário, a tarefa do filósofo é *analisar* essas afirmações verdadeiras. Moore manteve consistentemente três importantes posições. Primeiro, ele mantém que “em momentos diferentes das nossas vidas nós conhecemos muitos fatos empíricos diferentes”.⁹ Dizer isso equivale a dizer que em vários momentos de nossas vidas estamos em posição de afirmar, em relação a uma certa proposição, que *sabemos* que essa proposição é *verdadeira*. Por exemplo, no presente momento eu *sei* que *eu estou falando agora* é verdade; cada um de vocês conhece um fato que cada um poderia expressar dizendo “Eu sei que é verdade que *agora estou sentado em uma cadeira*”.¹⁰ Segundo, Moore sustenta que, em relação a muitas dessas proposições, há expressões de uso comum que expressam inequivocamente essas proposições que sabemos serem verdadeiras. Uma proposição é expressa de forma inequívoca quando o que é dito é *compreendido*.¹¹ Terceiro, Moore mantém que *compreender uma expressão* não é equivalente a ser capaz de *dar uma análise correta* do seu

⁹ G. E. Moore; H. W. B. Joseph. Symposium: Indirect Knowledge. *Aristotelian Society Supplementary Volume*, v. 9, n. 1, jul. 1929, pp. 19–66. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/aristoteliansupp/9.1.19>

¹⁰ Vale lembrar que esta palestra foi proferida para uma plateia de pessoas sentadas em cadeiras.

¹¹ Ver página 198 de: G. E. Moore, “A defense of common sense”, in *Contemporary British Philosophy*, J. H. Muirhead (ed.), London: George Allen & Unwin, 1925, pp. 191-223. Disponível em: <https://archive.org/details/in.ernet.dli.2015.222910/page/n193/mode/2up>

significado.¹² Ele ressaltou que a falha em perceber que estes *não* são equivalentes tem sido responsável por muitos erros em relação à natureza dos problemas filosóficos e em relação a suas possíveis soluções. Moore protestou vigorosamente contra a visão de que a resposta a uma pergunta como “Você acredita que a Terra existe há muitos anos?” não pode ser um simples “Sim” ou “Não”, mas deve depender do que significam as palavras “a Terra”, “existe” e “anos”. A passagem em que esta resposta ocorre será familiar a todos. Foi publicada em 1925. Vinte anos antes, Moore já havia começado a ver quão importante é distinguir a questão de *saber* se uma dada proposição é verdadeira da questão de sermos capazes de *analisá-la corretamente*, embora ele não tenha tornado a distinção tão clara quanto o fez subsequentemente. No entanto, a sua declaração anterior revela com bastante clareza o que chamei de “uma das maiores contribuições de Moore para a filosofia”; indica também o método que, creio eu, ele tem seguido consistentemente. Por isso, citarei o trecho na íntegra.

Tomando como exemplo a proposição *Galinhas põem ovos*, Moore diz:

Estou disposto a considerar a possibilidade que, como alguns Idealistas diriam, a proposição “Galinhas põem ovos” é falsa, a menos que queiramos dizer com isso: Um certo tipo de coleção de espíritos ou mônadas às vezes tem uma certa relação inteligível com outro tipo de coleção de espíritos ou mônadas. Estou disposto a permitir a possibilidade de que, como Reid e alguns cientistas diriam, a proposição “Galinhas põem ovos” é falsa, se queremos dizer com isso algo mais do que: Certas configurações de partículas materiais invisíveis às vezes têm uma certa relação espaço-temporal com outro tipo de configuração de partículas materiais invisíveis. Ou mais,

¹² Uma *expressão ambígua* não é equivalente a uma *expressão perfeitamente clara*, já que podemos compreender mais ou menos claramente. É importante não confundir *ambiguidade*, *vagueza*, *opacidade*; esses três termos são bastante diferentes, e mutuamente independentes.

estou disposto a permitir, como certos outros filósofos, que devemos interpretar esta proposição, se é para ela ser verdadeira, como significando que certos tipos de sensações têm com outros tipos uma relação que pode ser expressa dizendo que um tipo de sensações “põe” o outro tipo. Ou mais, como outros filósofos diriam, a proposição “Galinhas põem ovos” pode possivelmente significar: Certas sensações minhas *teriam*, sob certas condições, relação umas com certas outras sensações minhas que pode ser expressa dizendo que um conjunto “poria” o outro conjunto. Mas seja lá o que a proposição “Ovos de galinha são geralmente postos por galinhas” possa *significar*, a maioria dos filósofos permitiram, eu penso, em um sentido ou outro, que essa proposição fosse verdadeira.¹³

Se Moore reescrevesse esta passagem hoje, ele sem dúvida a formularia de forma diferente. Ainda assim, do jeito que está, ele traz à tona com clareza suficiente o ponto que desejo enfatizar, tal seja, que podemos saber, com relação a uma certa proposição, que ela é *verdadeira*, embora não conheçamos sua análise. Essa afirmação é importante. Sugere que é fútil para os filósofos contestarem a verdade de afirmações de senso comum apenas com base no fato de a análise dessas afirmações não poder ser dada, ou com base no fato de que, se uma análise fosse feita, ela seria chocante para o senso comum. Moore, na passagem que citei, admite a possibilidade de quatro visões diferentes acerca da análise de “Galinhas põem ovos”, ao mesmo tempo em que insiste que a questão de saber qual delas, se é que alguma, está correta é totalmente independente da questão de se podemos saber que de fato as galinhas põem ovos.

Prefiro usar uma linguagem um pouco diferente daquela usada por Moore em ambos os artigos aos quais me

¹³ Moore, G. E. The Nature and Reality of Objects of Perception. *Proceedings of the Aristotelian Society*, v. 6, n.1, jun. 1906, pp. 68–127. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/aristotelian/6.1.68>. Republicado em *Philosophical Studies*, London, Routledge & Kegan Paul, 1922. Ver páginas 64-5. Disponível em: <https://www.gutenberg.org/ebooks/50141>.

referi. Onde ele, em sua declaração posterior e mais clara, fala de “compreender o *significado de uma proposição*”, eu prefiro falar de “compreender uma *sentença*”. Onde ele fala de “saber o que uma proposição *significa*, no sentido de ser capaz de *dar uma análise correta* de seu significado”, prefiro falar de “conhecer a *análise de uma sentença*”. Desejo evitar a palavra “significado” por conta de sua ambiguidade. Desejo evitar, na medida do possível, utilizar a palavra “proposição”, pois eu acredito que o que analisamos são *expressões*, das quais proposições são um tipo; e que quando analisamos a sentença que expressa uma proposição, o que obtemos não é *outra proposição* mas sim uma *outra expressão*. Usando a linguagem que me parece mais clara, posso agora reafirmar o que acredito ser a contribuição de Moore para o problema relativo à natureza da filosofia. Ele mostrou que a principal tarefa da filosofia é descobrir a análise correta de expressões que todos concordariam que às vezes são usadas para dizer o que é verdadeiro. Este problema pode ser expresso na forma de: *O que é que eu estou a saber (ou a julgar) quando sei (ou julgo) que tal coisa é de tal jeito?* Dado que “tal coisa” e “tal jeito” nesta formulação podem ser substituídos por qualquer coisa que faça sentido, verá que não há declarações significativas que não sejam suscetíveis de tratamento filosófico. Se for correto descrever o problema, formulado acima, como o problema da análise de fatos, então penso que é verdade dizer que a prática filosófica de Moore está preocupada com a análise de fatos. Ele certamente repudiaria a visão de que a filosofia está preocupada em justificar nossas crenças do senso comum. Ou elas não podem ser justificadas, argumento, ou sua justificação está no escopo do conhecimento do senso comum ou de uma ou outra das ciências especiais. Algumas das nossas crenças, de fato, não necessitam de justificação; por exemplo, minha crença de que eu estou falando agora. Não requer justificação já que eu sei que é verdadeira. O que

o filósofo tem que fazer não é justificar nossas crenças, mas esclarecê-las.

Minha última observação provavelmente terá lembrado àqueles familiarizados com o trabalho de Wittgenstein de uma de suas declarações mais famosas. É tão importante nesta conexão que o citarei na íntegra. Ele diz:

O fim da filosofia é o esclarecimento lógico dos pensamentos. A filosofia não é uma teoria, mas uma atividade. Uma obra filosófica consiste essencialmente em elucidações. O resultado da filosofia não são “proposições filosóficas”, mas é tornar proposições claras. Cumpre à filosofia tornar claros e delimitar precisamente os pensamentos, antes como que turvos e indistintos.¹⁴

Sem dúvida há alguma concordância entre esta afirmação e a prática de Moore. Mas é importante perguntar o que Wittgenstein quer dizer com “esclarecimento do pensamento”, como esse esclarecimento pode ser alcançado e em que sentido a filosofia é considerada uma *atividade*. Até certo ponto o próprio Wittgenstein respondeu às duas primeiras perguntas. A questão de em que sentido a filosofia é uma *atividade* foi explicitamente respondida por Schlick. Adiarei por enquanto a sua consideração.

Se não interpreto mal Wittgenstein, ele sustenta que para esclarecer o nosso pensamento devemos compreender a lógica da nossa linguagem. Esse entendimento é alcançado quando discernimos os princípios do simbolismo e podemos, assim, responder à pergunta sobre *como* as sentenças *significam*. Ele declara que o propósito de seu livro é “delimitar um limite para o pensar, ou melhor ainda — não para o pensar, mas para a expressão de pensamentos”. Esse limite, diz ele, “só poderá, pois, ser traçado na linguagem, e o que estiver

¹⁴ *Tractatus Logico-Philosophicus* 4.112. NT: as citações em português foram retiradas da tradução de Luiz Henrique Lopes dos Santos (São Paulo: Edusp, 2001).

além do limite será simplesmente um contrassenso”.¹⁵ Ele está, portanto, preocupado em estabelecer certos princípios de acordo com os quais a linguagem pode ser usada para construir proposições significativas. Não tenho tempo para fazer um comentário detalhado da maneira como Wittgenstein tenta atingir esse objetivo. Estou aqui mais preocupada em considerar as consequências — delimitadas pelos Positivistas Lógicos — de um de seus princípios, que eu chamarei de princípio da verificabilidade, que é, no máximo, apenas insinuado no seu livro. Portanto, a seguinte breve declaração das doutrinas mais importantes de Wittgenstein deve ser suficiente.

Wittgenstein parece distinguir entre três tipos de sentenças: (1) sentenças sem sentido, ou contrassensos; (2) tautologias e contradições; (3) sentenças significativas. A palavra “sentença” é usada aqui no sentido mais amplo possível, para cobrir todos os arranjos de objetos que, de acordo com alguma convenção, podem ser usados para transmitir informações sobre arranjos de outros objetos. O que eu estou chamando de sentença Wittgenstein chama de *Satzzeichen* (sinal proposicional).¹⁶ Seu uso da palavra “proposição” e “sinal proposicional” está longe de ser consistente, mas é ao menos claro que o sinal proposicional é

¹⁵ *Tractatus Logico-Philosophicus*, Prefácio. NT: Seguindo a tradução de Luiz Henrique Lopes dos Santos, usa-se “contrassenso” para “Unsinn” e “sem sentido” para “sinnlos”. Em inglês traduz-se por “nonsense” e “senseless”, respectivamente. Ao longo do texto, no entanto, onde lê-se “contrassenso”, Stebbing usa “nonsense”, “nonsensical” ou “senseless” (conferir nota de rodapé 21). Há uma ocorrência de “meaningless” que foi traduzida por “sem significado”, e um uso de “senseless” que foi omitido (conferir nota de rodapé 21) .

¹⁶ Ver *Tractatus Logico-Philosophicus*, 3.12.

o fato de que palavras têm uma certa forma sintática.¹⁷ Eu acho que Wittgenstein deseja manter que, para um conjunto de palavras constituir uma sentença, essas palavras, tal como organizadas, devem ser *usadas* para expressar um pensamento. O que é de tal forma expresso é a proposição. Proposições afirmam que um certo estado de coisas (*Sachlage*) é o caso, embora possa muito bem não ter sido o caso. De fato, algumas proposições são falsas. Proposições dotadas de sentido *dizem algo* sobre o mundo, elas excluem alguns estados de coisas possíveis, enquanto permitem alguns outros estados de coisa. Por exemplo, “Há uma mesa nesta sala” ou “Franklin Roosevelt é agora o presidente dos Estados Unidos”.¹⁸ Tautologias e contradições, no entanto, não são significativas pois *não dizem coisa alguma* sobre o mundo. Pois as tautologias concordam com todas as possibilidades, enquanto as contradições não concordam com nenhuma delas. Obviamente, se eu digo “Há uma mesa aqui ou não há uma mesa aqui”, eu não disse coisa alguma sobre o que está aqui; eu não dei nenhuma informação. Do mesmo modo, se eu digo “Há uma mesa aqui e não há uma mesa aqui” eu lhe disse nada; eu não excluí nenhum estado de coisas possível. Acredito que ninguém negaria essa afirmação. O que é importante sobre o tratamento de Wittgenstein às tautologias é sua afirmação de

¹⁷ *Tractatus Logico-Philosophicus* 3.14. A diferença entre um *sinal proposicional*, uma *proposição* e uma *proposição dotada de sentido* é indicada em 3.13. Até onde pude descobrir, a proposição é o sinal proposicional como usado por um pensador para expressar seus pensamentos (ver 3.22). A proposição significativa é a proposição como usada para se referir a um estado de coisas definido. A proposição deve ser distinguida da sentença que é usada para expressá-la, já que a mesma proposição pode ser expressa em línguas diferentes; deve ser também distinguida do fato ao qual a proposição verdadeira é dita algumas vezes corresponder, já que podemos pensar sobre uma proposição independente de sua verdade ou falsidade.

¹⁸ Entendo que tais proposições dotadas de sentido são o que Wittgenstein chamaria agora de “hipóteses”.

que todas as proposições da lógica e da matemática são tautológicas, e portanto sempre que as proposições p e q são mutuamente dedutíveis, elas dizem a mesma coisa e, portanto, não são duas proposições diferentes.¹⁹ Deve ser concedido que tautologias e contradições devem ser nitidamente distinguidas das proposições dotadas de sentido, mas é enganoso dizer que elas são contrasensos. Um contrassenso pode, do ponto de vista da lógica, ser considerada não uma sentença mas uma mera justaposição de palavras; ela pode, no entanto, ser considerada uma frase no sentido gramatical, desde que não viole as regras da sintaxe gramatical. Talvez

Solumbrava, e os lubriciosos touvos
Em vertigiros personavam as verdentes;
Trisciturnos calavam-se os gaiolouvos
E os porverdidos estriguilavam fientes.²⁰

possa ser tomado como um exemplo, a despeito da explicação de Humpty Dumpty. Provavelmente todos concordamos que “É o azul mais idêntico que música?” não faz nenhuma pergunta, embora as palavras estão combinadas de tal modo a parecer uma sentença interrogativa para qualquer pessoa que por algum motivo não entende o significado da palavra “azul” ou, a palavra “mais”, mas entende o significado das outras palavras. Agora, Wittgenstein sustenta que “A maioria das proposições e questões que se formularam sobre temas

¹⁹ Eis aqui, de acordo com Wittgenstein, a natureza da necessidade lógica.

²⁰ NT: Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges em: Carrol, Lewis. *Alice: Aventuras de Alice no País das Maravilhas, Através do espelho e o que Alice encontrou por lá*. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

filosóficos não são falsas, mas contrassensos”.²¹ Esse ponto foi enfatizado e ilustrado por Schlick, de quem peguei a minha pergunta sem sentido. Ele diz

Uma análise cuidadosa mostra que este é o caso com a maioria dos assim chamados problemas filosóficos. Eles se parecem com perguntas, e é muito difícil reconhecê-los como sem sentido, mas a análise lógica demonstra que eles são apenas algum tipo de confusão de palavras.²²

Na minha opinião, Wittgenstein prestou um grande serviço à filosofia ao chamar explicitamente a atenção para a facilidade com que confundimos um conjunto absurdo de palavras com a formulação de um profundo problema filosófico. Aqui, novamente, sua teoria está em acordo com a prática de Moore, que há alguns anos iluminou os filósofos quanto à falta de sentido da concepção de *Realidade* e mostrou como Bradley, por exemplo, ao usar a palavra “real” foi levado a falar contrassensos.²³ É certamente a primeira qualidade de um filósofo ser capaz de distinguir frases gramaticais que não são contrassensos daquelas que não o são. Também não é tão fácil fazer esta distinção como os homens comuns e os professores de filosofia tendem a supor. Na minha opinião, no entanto, também precisamos de algum tipo de classificação de diferentes tipos de contrassensos. Wittgenstein, eu entendo,²⁴

²¹ *Tractatus Logico-Philosophicus*, 4.003. NT: Stebbing usa “senseless” em inglês, mas na tradução em português consultada, usa-se *contrassensos*.

²² Moritz Schlick. “A New Philosophy of Experience”. In: *Lectures delivered under the auspices of the Pacific Philosophy Club in Anderson Hall during 1931-1932*, Paul Arthur Schillp (ed.). Stockton, California: Publications in Philosophy, vol. I, 1932. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-3-211-33116-3_23. Página 59.

²³ Ver *Philosophical Studies*, 218-19. NT: Conferir nota de rodapé 13.

²⁴ Por este ponto eu estou em dívida com o Sr. R. B. Braithwhite, que gentilmente me permitiu ler o rascunho de seu artigo que será em breve publicado, acerca da visão de Wittgenstein sobre o assunto. Ver “Philosophy”

distingue entre contrasensos importantes e desimportantes, mas como ele exatamente delimita essa distinção eu não sei. Talvez não seja difícil arriscar um palpite, mas fazer isso levaria mais tempo do que o permitido. Devo prosseguir considerando como Wittgenstein propõe descobrir se o que parece ser uma proposição ou uma questão tem sentido ou não. No *Tractatus* ele apenas afirma que “a maioria das questões e proposições dos filósofos provém de não entendermos a lógica de nossa linguagem”.²⁵ Mas em suas palestras ele parece ter respondido de forma mais completa a questão sobre em que condições uma proposição tem sentido. Tomarei essa resposta dos escritos dos Positivistas Lógicos.

Num importante artigo sobre *Logische Analyse des Wahrscheinlichkeitsbegriffs*,²⁶ Waismann diz:

Uma declaração descreve um estado de coisas. O estado de coisas ou é o caso ou não é o caso. Não há meio-termo e, portanto, não há transição entre verdadeiro e falso. Se não for possível indicar de forma alguma em que condições um enunciado é verdadeiro, então o enunciado não tem sentido algum, pois o sentido do enunciado é o método de sua verificação. De fato, quem profere um enunciado deve saber em que condições o chama de verdadeiro ou falso; se não for capaz de indicar isso, então também não sabe o que disse. Uma declaração que não pode ser definitivamente verificada não é

in *Cambridge University Studies*, Harold Wright (ed.), Londres, Ivor Nicholson & Watson, 1933.

²⁵ *Tractatus Logico-Philosophicus* 4.003. NT: Stebbing escreve “senseless” antes da citação de Wittgenstein, de modo que se lê “senseless questions and propositions”. No entanto, a passagem que ela cita é sobre “Unsinnigkeit” (nonsense) e não sobre “sinnlos” (senseless). A tradução da sentença de Stebbing com a citação embutida foi traduzida aqui de modo a se ater ao sentido original de Wittgenstein em 4.003.

²⁶ Traduzido por “A Logical Analysis of the Concept of Probability” em *Philosophical Papers*, B.F. McGuinness (ed.), Dordrecht: Reidel, 1976, Vienna Circle Collection, vol. 8.

verificável de forma alguma; ela simplesmente não tem significado".²⁷

Nesta declaração, Waismann também fornece a resposta ao problema de saber se uma pergunta tem sentido, ou seja, se é propriamente uma pergunta e não apenas um arranjo gramatical de palavras. Uma pergunta tem sentido quando, em princípio, é respondível. Uma pergunta que é irrespondível em princípio não é propriamente uma pergunta; é uma pseudo pergunta, ou seja, uma frase interrogativa sem sentido. Deve-se distinguir entre as perguntas que são, *em princípio* (*grundsätzlich*), irrespondíveis e aquelas que só o são devido à nossa limitação técnica ou à falta de informação precisa. Por exemplo, a pergunta: "Há montanhas do outro lado da lua?" não é de fato respondível porque acontece que não conseguimos observar o outro lado da lua. Da mesma forma, não posso responder à pergunta: "O que o Rei George V está fazendo *agora*?" porque não sei. Mas posso imaginar o tipo de resposta que poderia ser dada, e que seria verdadeira ou falsa. Uma pergunta é, então, *irrespondível em princípio* se não pudermos entender nenhuma proposição oferecida como resposta a ela. Uma pergunta é *respondível em princípio* se a proposição oferecida em resposta puder ser entendida. Uma proposição é entendida somente se for verificável; é verificável se, e somente se, conhecermos as condições sob as quais a proposição seria verdadeira e as condições sob as quais seria falsa.

Esta noção de verificabilidade é da maior importância para a compreensão dos princípios distintivos do Positivismo Lógico. Citarei, portanto, outra afirmação do princípio de

²⁷ Waismann, F. Logische Analyse des Wahrscheinlichkeitsbegriffs. *Erkenntnis*, v. 1, n. 1, pp. 228–248, 1930. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/BF00208618>. Página 229. NT: Essa referência foi corrigida em relação ao original.

verificabilidade de Wittgenstein. Schlick reporta Wittgenstein da seguinte forma:

Para compreender uma proposição, devemos ser capazes de indicar exatamente aquelas circunstâncias particulares que a tornariam verdadeira e aquelas outras circunstâncias particulares que a tornariam falsa. ‘Circunstâncias’ significam fatos da experiência; e assim a experiência decide sobre a verdade ou falsidade das proposições; a experiência ‘verifica’ proposições e, portanto, o critério da solubilidade de um problema é sua redutibilidade à experiência possível.²⁸

Como afirmado por Schlick e Waismann, o princípio da verificabilidade parece bastante inócuo. Os positivistas lógicos poderiam o ter aprendido com Moore, ou mesmo com Hume. Mas sua interpretação da *verificabilidade* depende de outra parte importante de sua teoria, a saber, a “nova lógica” de Russell e Wittgenstein. Essa teoria da lógica voltou sua atenção para o simbolismo, ou seja, para os problemas da estrutura da linguagem e para a possibilidade de construir sistemas dedutivos. Ambos os pontos são importantes. Considerarei primeiro o problema da linguagem, retornando posteriormente à consideração do uso feito pelos Positivistas Lógicos, especialmente Carnap, de sistemas dedutivos construídos.

A linguagem deve ser entendida como qualquer meio de comunicação; não é diretamente representativa ou pictórica, pois a linguagem não *apresenta* o que é usado para dizer, mas o *comunica*. O conhecimento consiste em comunicabilidade. Os Positivistas Lógicos insistem na importância da distinção

²⁸ College of the Pacific, Publications in Philosophy, vol. I, p. 114. [NT: Conferir nota de rodapé 22.] Cf. também R. Carnap, *Der logische Aufbau der Welt*, § 180; Scheinprobleme in der Philosophie, p. 27, disponível em: <https://www.blutner.de/philos/Texte/carnap.pdf>; M. Schlick, “Positivismus und Realismus”, p. 29 (*Erkenntnis*, 1932), disponível em: <https://doi.org/10.1007/BF01886406>.

entre *Erkenntnis* (conhecimento propriamente dito) e *Erlebnis* (experiência direta, ou vivência) — que eles consideram equivalente à distinção de Russell entre “conhecimento por descrição” e “familiaridade”.²⁹ O conhecimento, ou seja, o comunicável, diz respeito à estrutura; a familiaridade, ou seja, a experiência direta, diz respeito ao conteúdo (*Inhalt*). O conteúdo não pode ser comunicado; é dado diretamente; na melhor das hipóteses, só pode ser apontado. Por exemplo, aqui está um pedaço de papel mata-borrão verde. Você pode ver o tom de verde apresentado a você. Mas eu não poderia *comunicar* seu tom a você. Eu poderia me esforçar para *descrever* esse tom lembrando-lhe alguma outra mancha verde que você tenha visto. Mas essa descrição só poderia dar o que os Positivistas Lógicos chamam de “estrutura”; só poderia comunicar o lugar dessa tonalidade dentro de um sistema abrangente de tons de cor e, finalmente, seu lugar no espectro. Se você fosse cego, não saberia qual é esse tom de verde que procuro lhe comunicar por meio de uma descrição. Como você *não* é cego, agora você vê o conteúdo *verde*. Suponha que nos encontremos amanhã e eu queira lembrá-lo desse *verde*. Eu poderia tentar fazê-lo de duas maneiras. Eu poderia apresentar este mesmo pedaço de papel mata-borrão. Mesmo assim, eu não teria *expressado*, isto é, *comunicado*, o conteúdo. Isso por dois motivos. Primeiro, eu deveria *apresentar* o conteúdo, não comunicá-lo; segundo, a tonalidade pode ter mudado. Que não tenha mudado seria uma suposição. Ou, ainda mais, eu poderia pedir que você se lembrasse da tonalidade. Mas, então, eu claramente estaria apenas descrevendo essa tonalidade lembrando você de sua relação com outra coisa. Portanto, o conteúdo não pode ser

²⁹ Tenho algumas dúvidas se os Positivistas Lógicos, ao adotarem a terminologia de Russell, estejam, ainda assim, de acordo com sua visão desta distinção. Este, porém, é um ponto menor. O que importa são as consequências que eles extraem da distinção assim expressa.

comunicado. Como Schlick afirmou em uma palestra proferida na Universidade de Londres, em novembro passado — “A inexpressibilidade do conteúdo não é uma característica accidental que descobrimos que ele possui; ela pertence à sua própria natureza. Devemos considerá-la como a característica definidora do conteúdo”.³⁰ Segundo Schlick, é um erro dizer que *conhecemos* o conteúdo, e é perigoso dizer que o *intuímos*, visto que a expressão “intuição do conteúdo” sugere que o conteúdo é um objeto apreendido pela mente. Mas é contrassenso dizer “eu percebo o conteúdo”, e igualmente contrassenso dizer “eu não percebo o conteúdo”, pois o *conteúdo* não pode, de forma alguma, ser trazido para o contexto da linguagem. É um erro, argumenta Schlick, supor que “por meio de um gesto nossas palavras podem ser ligadas ao conteúdo”. Portanto, na minha opinião, nem deveríamos dizer, como fazem alguns positivistas lógicos, que podemos *apontar* para o conteúdo. Você observará que, sob essa perspectiva, a maioria das minhas observações, desde que comecei a falar sobre este mata-borrão, foram contrassensos. É o tipo de constrassenso, sem dúvida, que é muito difícil de evitar.

Do ponto de vista do conhecimento (ou seja, *Erkenntnis*, em distinção com *Erlebnis*), o que a palavra “verde” expressa não é conteúdo, mas um conjunto único de relações com o que pode ser chamado de “outras qualidades”. Detive-me neste ponto porque me parece envolver pelo menos três consequências importantes. (1) Todo conhecimento é reconhecimento; se digo que conheço X, então devo ser capaz de dizer *na forma de quê o que reconheço é X*. (2) Todo conhecimento é comunicação de estrutura. A palavra “verde” — quando ocorre em uma frase que expressa um fato — não

³⁰ Esta citação foi retirada de um relato integral das palestras do Prof. Schlick, que devo à gentileza da Srta. Margaret MacDonald.

pode dizer nada sobre a *tonalidade*; pode apenas expressar o lugar da cor no mundo. Dessa forma, na física, a cor é *substituída* pelo comprimento de onda. (3) Comunicar é usar a linguagem. Portanto, como já mostrei, para o Positivismo Lógico, o problema do conhecimento se resume ao problema de *como* a linguagem *pode* ser usada para comunicar. Esta é justamente a questão: *como* as sentenças *significam*? Para o qual, deste ponto de vista, a resposta deve ser que as frases significam ao transmitirem estrutura.

Neste ponto, é importante ter em mente a outra afirmação dos Positivistas Lógicos, a saber, que uma frase não tem sentido (*sinnlos*) a menos que se saiba em que circunstâncias a frase poderia ser usada para dizer o que é verdadeiro e em que circunstâncias poderia ser usada para dizer o que é falso. Este é o princípio da verificabilidade de Wittgenstein: *o significado de uma proposição é o método de sua verificação*.³¹

Como poderia uma proposição ser verificada se o que é comunicado nunca é conteúdo (*Inhalt*), mas apenas estrutura? Claramente, a verificação depende da presença de conteúdo. Consequentemente, toda proposição significativa que afirmo diz o que só poderia ser verificado pela minha própria experiência direta, presente ou futura. Assim, embora você e eu usemos as mesmas palavras,³² se eu disser “Isto é uma mesa” e você disser “Isto é uma mesa”, *ao que* estamos nos referindo

³¹ Veja a citação de Waismann, acima. Parece-me que Wittgenstein pode ter sugerido esse princípio quando escreveu uma de suas declarações enigmáticas no *Tractatus*, a saber: “Na proposição, uma situação é como que montada para teste” (4.031).

³² Uma discussão completa deste ponto exigiria uma discussão completa do que consideramos serem “as mesmas palavras”. Isso não é possível agora. Mas não acho que ambiguidades entre tipo-tokens criem alguma dificuldade aqui.

não é o mesmo. Que a mesma forma de palavras usada por duas pessoas diferentes pode não se referir à mesma coisa é obviamente às vezes o caso. Por exemplo, se eu disser “Eu tenho dor de dente” ou “Eu estou com sede” e *você* disser “Eu tenho dor de dente” ou “Eu estou com sede”, então, claramente, não apenas a palavra “Eu” tem uma referência diferente no caso do *meu* dizer e no caso do *seu* dizer, mas também a minha dor de dente (ou sede) vivenciada é *uma* experiência direta, a sua dor de dente (ou sede) vivenciada é *outra* experiência direta. Não só estas nunca poderiam ser as mesmas, como também *eu* não posso referir-me diretamente à *sua* dor de dente (ou à sua sede), nem *você* à *minha*. Portanto, “ter dor de dente” não significa o mesmo em “*Eu* tenho dor de dente” e em “*Você* tem dor de dente”. É característico da visão dos Positivistas Lógicos que os casos em que entram pronomes pessoais não sejam fundamentalmente diferentes de casos como o meu dizer “Há pessoas aqui” ou “Isto é uma mesa”. O significado (*Sinn*) da proposição que expresso ao dizer “Isto é uma mesa” é apenas como ela seria verificada, ou seja, como seria considerada verdadeira e como seria considerada falsa. Esta verificação deve residir na minha própria experiência.

É a Carnap que — até onde sei — se deve o desenvolvimento mais completo dessa visão. O que tenho a dizer agora baseia-se principalmente em um importante artigo seu,³³ no qual ele busca sustentar a tese da unidade da ciência, ou seja, que todas as ciências são partes de uma única ciência, a saber, a física. Esta afirmação deve ser estabelecida pelas seguintes considerações. Sempre que utilizo o que comumente seria considerado uma linguagem comum — como a que estou

³³ Carnap, Rudolf. Die physikalische Sprache als Universalsprache der Wissenschaft, *Erkenntnis*, v. 1, n. 5-6, pp. 432–465, 1931. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/BF02028172>. As citações a seguir são todas tiradas desse texto. NT: há tradução para o inglês, feita por Max Black, como livro, *The Unity of Science* (Bristol: Thoemmes, 1934).

usando nesta palestra — o que estou dizendo não faz sentido ou pode ser transformado em uma linguagem que relata diretamente minha própria experiência direta. Tal linguagem Carnap chama de “*Protokollsprache*”.³⁴ O conhecimento possuído pelo cientista baseia-se em proposições expressas em linguagem protocolar. Assim diz Carnap:

Imaginamos o processo esquematizado de uma forma tal como se todas as nossas experiências, percepções, bem como sentimentos, pensamentos, etc., tanto na ciência quanto na vida cotidiana, fossem primeiramente protocolados por escrito, de modo que o processamento posterior sempre se baseie em um protocolo como ponto de partida. O protocolo “original” refere-se ao que obteríamos se separássemos nitidamente o registro do protocolo e o processamento dos enunciados protocolares no processo científico, ou seja, se não incluíssemos no protocolo nenhum enunciado obtido indiretamente.³⁵

Este protocolo básico seria, segundo Carnap, muito desajeitado. Como aproximação, Carnap dá o exemplo:

Configuração experimental: em tais e tais lugares estão corpos de tal e tal natureza (por exemplo, “fio de cobre”; talvez em vez disso pudesse ser dito apenas: “um corpo fino, longo e marrom”, enquanto a definição “cobre” é obtida pelo processamento de protocolos anteriores nos quais o mesmo corpo aparece); agora aqui o ponteiro está em 5, ao mesmo tempo há faísca e estrondo, então cheiro de ozônio.

Exemplos mais simples seriam: “tédio agora”, “azul-aqui-agora”, “ali vermelho”.

Agora, é importante notar que, de acordo com Carnap, a linguagem protocolar pode ser vista de dois pontos de vista diferentes — ou, talvez, seria mais preciso dizer que qualquer

³⁴ Não tentarei traduzir este termo, mas suponho que ele possa ser considerado equivalente a “linguagem de registro direto”. NT: Posteriormente, convencionou-se traduzir a expressão como “linguagem protocolar” ou “linguagem de protocolos”.

³⁵ Carnap (1931, p. 437). NT: Conferir nota de rodapé 33.

linguagem que use palavras comuns pode ser considerada um ou outro de dois modos diferentes de discurso, que Carnap chama, respectivamente, de modo formal e modo material (*inhaltliche*). O modo formal fala de *palavras* e se refere apenas a formas linguísticas. O modo material fala de “objetos”, “estados de coisas” (*Sachverhalten*), “sentido” (*Sinn*), “conteúdo”, “significado” (*Bedeutung*). Carnap sustenta que o uso do modo material leva a pseudoproblemas. Pois, como ele aponta, não era estritamente correto falar *do* protocolo básico. Ao contrário, cada sujeito, ou experimentador, tem seu *próprio* protocolo. Assim, existem tantas linguagens protocolares quantos experimentadores. Isso, parece-me, decorre diretamente da interpretação de Wittgenstein do princípio da verificabilidade. Se tentarmos interpretar um protocolo como se referindo a, ou indicando, conteúdo, seremos levados a dificuldades insuperáveis. Suponha, por exemplo, que um experimentador, A, diga uma proposição definida em seu próprio protocolo; por exemplo, A diz: "Estou com sede", ou melhor, "Sede agora".

Se isso for interpretado no modo material, surge o problema: Pode este estado de coisas, expresso por A em sua linguagem protocolar, ser expresso na linguagem protocolar de outro experimentador, B? Se sim, então B, usando seu próprio protocolo, fala *da experiência de A como vicenciada por B*. Mas a experiência de B não pode ser a experiência de A. Na visão material, então, o que A diz se refere a um estado de coisas diferente do que B diz. *Nenhuma* proposição no protocolo de B pode expressar a sede de A; B *pode* se referir apenas ao que lhe é diretamente dado. É verdade que dizemos que B *pode reconhecer* a sede de A, mas o que B realmente reconhece são apenas as circunstâncias materiais do corpo de A. Isso é tudo o que B *pode verificar*; portanto, nessa visão, isso é tudo o que B *pode dizer*. Se tentarmos fazer com que a expressão de B “a sede de A” se refira à *experiência de sede* de

A, então estamos dizendo algo que é, em princípio, inverificável. Assim, na visão material, "A está com sede" é, para B, um conjunto de palavras sem significado; elas não têm *sentido*. Assim, Carnap sustenta que, se insistirmos que as proposições protocolares devem referir-se ao conteúdo, então cada linguagem protocolar pode ser usada apenas de forma *monádica*. Não haveria linguagem protocolar intersubjetiva. Mas conseguimos nos comunicar. Você consegue me entender quando digo "Estou com sede", ou quando digo "Isto é uma mesa". Como, então, isso é possível, já que sua experiência direta e minha experiência direta não se sobrepõem, não têm nada em comum? Como *podemos* nos comunicar?

Carnap sustenta que tais dificuldades desaparecem se interpretarmos a linguagem protocolar no modo formal, ou seja, como expressando estrutura, não como expressando conteúdo; como *contendo palavras*, não como *descrevendo estados de coisas*. Descobrimos então, ele insiste, que uma linguagem protocolar é parte da linguagem física, uma sublinguagem da linguagem da física. Essa linguagem é intersubjetiva e intersensorial. Pode ser chamada de "linguagem fisicalista".³⁶ Na interpretação formal, uma proposição protocolar *consiste* em palavras organizadas em forma sintática. Carnap sustenta que, para que essas palavras sejam compreendidas, ou seja, tenham sentido (*Sinn*), não é necessário que o significado (*Bedeutung*) seja dado. Pois o significado de uma palavra pode ser dado por tradução ou por definição, ou seja, por regras para transformar uma palavra em outra palavra, ou conjunto de palavras. Tradução é uma regra para transformar uma palavra de uma língua em uma palavra de outra língua. Por exemplo, a palavra latina "mensa" é traduzida para o inglês por "table". Definição é uma regra

³⁶ Carnap usa o termo "fisicalista" para distinguir essa linguagem do que pode ser chamado de "linguagem da física contemporânea".

de transformação dentro da mesma língua. Ora, Carnap argumenta que proposições na minha linguagem protocolar podem ser traduzidas para a linguagem fisicalista; o mesmo pode acontecer com proposições em cada uma de suas linguagens protocolares privadas. Conversamente, proposições físicas, expressas na linguagem fisicalista, podem ser traduzidas para a minha linguagem protocolar e para cada uma de suas linguagens protocolares. O que não pode acontecer é que minha proposição protocolar possa ser traduzida para suas linguagens protocolares, nem o contrário. Você me entende — quando me entende — apenas porque seus protocolos e meu protocolo são *todos* sublinguagens (*Teilsprache*) da linguagem universal e fisicalista, embora essas várias sublinguagens não contenham nada em comum. É difícil ver como é possível, a partir de uma série de linguagens privadas, que não se sobrepõem, derivar uma linguagem pública, isto é, intersubjetiva e universal. No entanto, como Carnap admite, a verificação em física é baseada em proposições protocolares. Ele tenta superar a dificuldade de tornar a física privada afirmando que a verificação científica não depende de uma proposição singular e determinada como “Vermelho aqui-agora” — mas de um subsistema de tais proposições. Ele diz: “se um conjunto suficiente de enunciados físicos for fornecido, um enunciado da linguagem protocolar pode ser derivado”.³⁷ Por exemplo, uma proposição protocolar “*Marrom agora*” vista por mim poderia ser deduzida por você a partir de uma descrição suficientemente definida do meu corpo. Carnap sustenta que tal dedução sempre ocorre quando, na vida cotidiana, as pessoas se entendem. Assim, minha linguagem protocolar, que nunca se sobrepõe às suas linguagens protocolares, pode, no entanto, ser compreendida por você, visto que meu

³⁷ Carnap (1931, p. 457). NT: Conferir nota de rodapé 33.

protocolo pode ser transformado na linguagem da física. É verdade que uma proposição p , em meu protocolo, que só eu posso entender, não me parecerá a mesma que a proposição p' na qual ela é transformada na linguagem fisicalista. Isso ocorre porque p é associada por mim ao meu próprio protocolo, e p' à linguagem fisicalista. No entanto, se p e p' são mutuamente dedutíveis, elas expressam a mesma coisa, e o que elas expressam é estrutura. De acordo com os positivistas lógicos, se p e p' são mutuamente dedutíveis, p e p' são a mesma proposição; a diferença está apenas na linguagem, ou seja, no signo proposicional. Para estabelecer a possibilidade de que p e p' sejam mutuamente dedutíveis, *devemos* adotar o modo formal de interpretar a linguagem. Enquanto persistirmos em tentar usar o modo material, nenhuma proposição em meu protocolo poderá ser deduzida das proposições da física, nem vice-versa. Nem você pode entender o que estou dizendo agora a menos que interprete o que digo como uma estrutura comunicante. Mas isso, de acordo com os positivistas lógicos, você deve fazer. Assim, de um ponto de vista um pouco diferente, Carnap reforça a interpretação de Wittgenstein do princípio da verificabilidade.

Na minha opinião, a discussão de Carnap lança luz sobre uma das declarações enigmáticas de Wittgenstein no *Tractatus*. Ele diz: “O que o solipsismo *quer significar* é inteiramente correto; apenas é algo que não se pode *dizer*, mas que se mostra. Que o mundo seja *meu* mundo, é o que se mostra nisso: os limites *da* linguagem (a linguagem que, só ela, eu entendo) significam os limites de *meu* mundo” (5.62). Dessa declaração, segue-se que é um absurdo *dizer* “Eu sou um solipsista” e igualmente absurdo *dizer* “Eu não sou um solipsista”. Mas, concludo,³⁸ dizer “Eu sou um solipsista” é dizer um

³⁸ Veja o artigo de Braithwaite, mencionado acima. [NT: Conferir nota de rodapé 24.] Penso, no entanto, que é importante levar em conta a

contrassenso importante, o tipo de contra-senso que Wittgenstein se permite dizer. Mas, mesmo que seja um contrassenso *dizer* “Eu sou um solipsista”, ainda assim — de acordo com esta declaração de Wittgenstein — o que *pretendo* dizer (se é que o digo) é verdade, só que, neste caso, *não posso* dizer o que pretendo.

Qualquer visão filosófica que leve à conclusão de que o solipsismo *significa*, ou *pretende*, dizer é completamente correto é, na minha opinião, obviamente falsa. Deve-se, no entanto, notar que a conclusão solipsista de Wittgenstein (se me permitem falar o que Wittgenstein chamaria de contrassenso) não se baseia nos fundamentos usuais — a saber, a dificuldade, ou a suposta dificuldade, de encontrar *razões* para minha crença na existência de qualquer coisa, exceto eu mesma. Ela deriva inteiramente de uma teoria sobre a maneira como a linguagem pode se tornar um simbolismo significativo, uma teoria que leva ao que chamei de interpretação de Wittgenstein do princípio da verificabilidade. Carnap tenta escapar da conclusão solipsista prefixando “metodológico” e transformando a teoria na doutrina do “fiscalismo”.³⁹ Esta teoria permite que você e eu nos comuniquemos usando a linguagem física no modo formal. Carnap enfatiza o ponto de que o solipsismo metodológico não permite a afirmação de que outras mentes *existem*, ou que um mundo externo *existe*. Ao contrário, proposições *sobre* outras mentes ou *sobre* um objeto externo serão proposições que transmitem estrutura, não proposições que afirmam que existem outros *existentes*. Tais proposições teriam que tentar se referir ao *conteúdo*; portanto, elas não poderiam ter equivalência na linguagem fiscalista universal. As doutrinas

afirmação adicional de Wittgenstein: “O sujeito não pertence ao mundo, mas é um limite do mundo” (5.632. Cf. também, 5.6331 e 5.64).

³⁹ Carnap (1931, p. 462). NT: Conferir nota de rodapé 33.

de Carnap e Wittgenstein parecem sugerir que a afirmação de Wittgenstein — "O que o solipsismo *significa* é perfeitamente correto, mas não pode ser *dito*" — é exatamente o inverso do que eles exigem. Pois, na minha opinião, o solipsismo metodológico deveria afirmar: "O que o solipsismo *significa* NÃO é correto, mas apenas o solipsismo *pode ser dito*". Não suponho, no entanto, por um momento que Carnap ou Wittgenstein considerariam minha sugestão como algo além de absurdo.

Embora o solipsismo intencional de Wittgenstein e o solipsismo metodológico de Carnap não sejam alcançados segundo linhas tradicionais, ambos me parecem abertos a críticas sérias. Creio que o ponto da minha crítica pode ser esclarecido se eu considerar primeiro a tentativa de Carnap de construir o mundo com base na experiência direta. Essa tentativa está contida em seu importante livro *Der logische Aufbau der Welt*. No breve tempo de que disponho, não posso apresentar nem mesmo o mais sucinto resumo de sua argumentação. Devo me concentrar em dois pontos relacionados especialmente à minha discussão atual. Primeiro, o mundo deve ser construído *logicamente*. Segundo, Carnap toma como lema a reformulação da Navalha de Occam feita por Russell, a saber: "A máxima suprema na filosofia científica é esta: sempre que possível, as entidades inferidas devem ser substituídas por construções lógicas". Esses dois pontos estão, é claro, intimamente conectados. Carnap parece seguir Russell ao supor que, se eu pudesse verdadeiramente dizer que *sei* que isto é uma mesa, meu conhecimento da mesa seria conhecimento inferencial. Mas tal *conhecimento* inferencial é impossível. Além disso, é um contrassenso falar desta mesa como uma "entidade inferida"; portanto, eles concluem, ela deve ser uma construção lógica do dado. De acordo com o princípio de Russell, Carnap tenta mostrar que todos os conceitos das ciências empíricas podem ser *construídos* por

operações puramente lógicas sobre uma *única* relação fundamental e os elementos fundamentais entre os quais ela se mantém. Essa relação fundamental é considerada diretamente *dada*; tudo o mais deve ser definido em termos dela. Carnap seleciona para a relação fundamental 'lembrança de similaridade' (*Ähnlichkeitserinnerung*). Os elementos entre os quais a relação se mantém são experiências diretas momentâneas. Com base nisso, Carnap acredita que é possível traduzir qualquer proposição científica empírica em um conjunto de proposições envolvendo referência apenas à estrutura relacional do dado, ou seja, aos elementos fundamentais e à relação fundamental que existe entre eles.

Ora, não é necessário para o meu propósito negar que tal construção possa ser alcançada; portanto, não é meu propósito indagar se Carnap obteve sucesso em sua tentativa. Minha crítica se baseia em uma consideração bem diferente. É que tais sistemas logicamente construídos permanecem essencialmente *abstratos*. Sem dúvida, é interessante e importante ver o *que* pode ser alcançado selecionando o menor número possível de suposições e o menor número possível de termos indefinidos. É exatamente isso que Carnap tenta em sua construção lógica do mundo, e é muito semelhante ao que Eddington tentou em seu jogo de construção de mundos. Sem dúvida, seria possível, por uma seleção criteriosa da relação fundamental e por uma escolha criteriosa de definições aplicacionais (*Zuordnungsdefinitionen*), construir um sistema dedutivo suscetível de ser interpretado como o sistema do mundo. Se *soubéssemos o suficiente*, isto é, o que dificilmente podemos dizer que sabemos atualmente. Nem sequer sabemos que o mundo é um sistema. Certamente, ele não apresenta a aparência de um. O mundo do físico pode ser um sistema. Os físicos esperam que seja. Eles gostam de falar de uma *Weltbild*; consideram essa “imagem do mundo” como tendo a coerência

de uma obra de arte. Mas a física só poderia apresentar um sistema porque sua imagem do mundo é essencialmente abstrata. Assim, a física ignora o que não se encaixa. A construção do mundo de Carnap não deve ser abstrata. Penso que os positivistas lógicos não conseguem ver o defeito de suas tentativas de construção porque adotaram o ponto de vista do solipsismo metodológico. Não é de forma alguma impossível supor que um sistema teórico e abstrato possa ser adequado para descrever o que suponho estar acontecendo com *outras* mentes ou corpos. Portanto, existe uma tentação — à qual os lógicos são particularmente propensos — de supor que tal construção seja adequada mesmo no caso da minha *própria* experiência. Se nada é *dado* exceto a experiência direta, e se a experiência direta é *a minha própria experiência agora*, então somos de fato forçados ao solipsismo do momento presente, e posso muito bem tentar ordenar minha própria experiência em um sistema *baseado* nessa experiência diretamente dada e *construída* por meio de operações lógicas. Esse procedimento estaria de acordo com as visões expressas por Eddington e Russell.

Você deve ter notado que com frequência, ao longo desta palestra, neguei tacitamente o solipsismo. Por exemplo, acabei de dizer que (sob certas condições) “*nós* somos forçados ao solipsismo”. Isso não foi um deslize; foi intencional. Tenho os melhores motivos para negar o solipsismo, a saber, que *sei* que ele é falso. Você, que está me ouvindo e me permite falar no plural, *também* sabe que ele é falso.⁴⁰ Sugiro que há algo errado com uma teoria que, como consequência de seus princípios fundamentais, envolve o solipsismo em qualquer forma. Penso que o solipsismo metodológico de Carnap resulta de sua aceitação do critério de verificabilidade de Wittgenstein, o que leva à consequência

⁴⁰ Cf. Moore (1925, p. 203). NT: Conferir nota de rodapé 11.

de que *mesas* e *outras mentes* devem ser entidades inferidas — o que, concordo, é um contrassenso — ou devem ser construções lógicas do que é diretamente dado, isto é, da própria experiência do sujeito.

Wittgenstein simplesmente toma como certo que *o que é dado é*, e poderia ser, nada além da *minha própria experiência direta*.⁴¹ Dessa suposição, combinada com sua interpretação do princípio da verificabilidade, segue-se que toda proposição genuína diz, e pode dizer, apenas algo sobre minha experiência presente ou futura. Disto seguem-se duas consequências estranhas. (1) Toda proposição que *aparentemente* afirma um fato com relação ao passado, por exemplo, *A Rainha Anne morreu em 1714*, afirma uma série de fatos hipotéticos com relação à minha própria experiência futura, por exemplo, que *se eu consultar tais e tais registros, descobrirei que certas declarações foram feitas no sentido de que um certo evento aconteceu em uma determinada data*.⁴² (2) Toda proposição sobre um objeto material, por exemplo, *esta mesa*, afirma da mesma forma uma série de fatos hipotéticos com relação à minha experiência futura, por exemplo, que *se eu me encostar nesta mesa, a mesa não se elevará no ar, e assim por diante*. Essa visão se assemelha muito à teoria de Mill sobre as coisas materiais como possibilidades permanentes de sensação. Em relação a ambas as teorias, parece-me que uma objeção — levantada certa vez por Moore contra Mill — é conclusiva. Devido à falta de tempo, devo apresentá-la brevemente, com minhas próprias

⁴¹ Suponho que ele diria que a frase "Minha própria experiência" é um contrassenso. Mas não há outra maneira de resumir o que deve ser dito. Não quero sugerir que possuo a experiência como possuo um casaco.

⁴² Por falta de tempo, não posso fazer essa afirmação com precisão suficiente, mas as melhorias necessárias são facilmente feitas.

palavras.⁴³ Embora, quando sei que percebo esta mesa, *também* conheça certos fatos hipotéticos da forma: *Se tais condições fossem satisfeitas, eu teria tais e tais experiências*, ainda assim, ao saber quais são essas condições, estou sabendo que, se esta ou aquela *coisa material* estivesse em tais e tais posições, então tal e tal seria o caso. Assim, a coisa material não foi reduzida à minha própria experiência direta.

Na minha opinião, a concepção de *verificabilidade* de Wittgenstein depende de um sério equívoco em relação ao que é dado e, portanto, de uma confusão em relação à noção de *experiência direta* e *conteúdo*, como estes são entendidos pelos Positivistas Lógicos. *Esta mesa* não é uma *experiência* minha. Portanto, ao dizer “Eu percebo esta mesa”, *não* estou dizendo “Eu percebo uma experiência minha”. Perceber, eu afirmo, não é direto nem inferencial. Supor que essas alternativas são exaustivas é um erro fundamental do Positivismo Lógico. Perceber é certamente *indireto*; mas é um *conhecer* indireto, não inferencial.⁴⁴ Portanto, no caso de eu perceber esta mesa, *esta mesa* é indiretamente *dada*. Assim, não vejo razão para supor que Wittgenstein esteja correto ao supor que toda proposição genuína é uma proposição sobre minha própria experiência. Portanto, não parece haver justificativa para sua visão de que cada proposição desse tipo só pode se referir ao presente ou ao futuro.

Os erros de Wittgenstein com relação à verificabilidade surgem, creio eu, de uma concepção errônea da maneira como o filósofo se preocupa com questões de simbolismo e, portanto,

⁴³ Moore (1925, p. 222). NT: Conferir nota de rodapé 11.

⁴⁴ Esta afirmação é excessivamente dogmática, devido à necessidade de brevidade. Abordei este ponto em um artigo publicado em J. Laird, C. E. M. Joad and L. S. Stebbing. Symposium: Realism and Modern Physic. *Aristotelian Society Supplementary Volume*, IX, 1929. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/4106480>. Página 154.

de uma visão indevidamente restrita dos possíveis *tipos* de análise e dos diferentes *tipos* de fatos que é função da filosofia analisar.

Existem vários tipos de análise. Para o meu propósito atual, basta mencionar quatro tipos diferentes, e dois deles mal tenho tempo de mencionar. Esses quatro tipos são: (1) definição analítica de uma expressão simbólica; (2) clarificação analítica de um conceito; (3) análise postulacional; (4) análise direcional.

(1) Sob a definição analítica de expressões simbólicas, tenho tempo para considerar apenas a análise de *sentenças* completas. Sejam E e E' duas sentenças completas diferentes. Então, “E’ é uma análise de E” deve ser definido da seguinte forma: “(i) E' diz o que E diz; (ii) se ‘a’ é um símbolo que ocorre em E, então aquilo a que ‘a’ se refere não é menos distintamente referido em E’, e há algum símbolo ‘b’ ocorrendo em E’, mas não ocorrendo em E’”.⁴⁵ A análise de Russell de “O autor de *Waverley* é escocês” seria um exemplo desse tipo de análise; assim como a análise de um produto relativo em seus fatores constituintes. Deve-se observar que os símbolos que ocorrem em “E’”, os definiens, estão *sendo usados*, mas não estão *sendo discutidos*; enquanto os símbolos que ocorrem em “E”, o definiendum, estão *sendo discutidos*, e o que está sendo

⁴⁵ Esta definição também poderia ser expressa da seguinte forma: “E e E’ têm a mesma referência, e há mais símbolos em E’ do que em E, e esses símbolos se referem mais distintamente ao que E também se refere”. Para completar esta afirmação, é necessário definir “referindo-se mais distintamente a”. Isso é impossível aqui. (Veja meu livro *A Modern Introduction to Logic* (Londer: Methuen, 1930), capítulo XXII, §§ 1 e 4, disponível em: https://archive.org/details/modernintroducti0000steb_s8g2/page/n5/mode/2up; e “The Method of Analysis in Metaphysics”, *Proceedings of the Aristotelian Society*, v. 33, pp. 83-4, disponível em: <https://www.jstor.org/stable/4544216>)

dito sobre os símbolos que constituem o definiendum é que eles *significam* o definiens. Tal análise pode envolver um esclarecimento de nossos pensamentos, pois, ao usar “E” , podemos entender mais claramente o que estávamos dizendo quando usamos “E”. Russell efetuou tal esclarecimento do pensamento em sua teoria das descrições, que Ramsey chama de “aquele paradigma da filosofia”.

(2) A clarificação analítica de um conceito difere consideravelmente dos outros três métodos de análise que mencionei. Consiste na eliminação de elementos supostamente referidos sempre que usamos o símbolo “S”, mas que não são tais que esses elementos *devam* ser referidos sempre que usamos uma frase contendo “S” de tal forma que a frase diga o que é verdadeiro. Exemplos de conceitos que foram assim esclarecidos são *massa*, *força*, *simultaneidade*. A necessidade de tal clarificação analítica se deve ao fato de que frequentemente conseguimos dizer algo que é verdadeiro, embora ao dizermos isso acreditemos estar nos referindo ao que não é de fato o caso e, portanto, também estamos dizendo algo falso. Isso acontece quando entendemos até certo ponto o que estamos dizendo, mas não entendemos com clareza *exatamente* o que estamos dizendo; portanto, supomos que algo é essencial para a verdade do que dizemos, o que, no entanto, não é essencial. Certamente Newton não entendia claramente a que se referia quando falava de “força”, mas frequentemente dizia o que, no entanto, era verdade quando usava frases que continham “força”. Um exemplo notável é fornecido pelo conceito de *simultaneidade*. Antes de Einstein perguntar como determinamos se dois eventos são simultâneos, pensávamos que sabíamos muito bem o que significava dizer “acontecendo ao mesmo tempo em Londres e Nova York”. Einstein nos fez ver que não sabíamos muito bem o que queríamos dizer; agora entendemos que o que pensávamos ser essencial não o é. Este esclarecimento

analítico de um conceito não pode ser feito de forma totalmente clara. Envolve uma mudança no significado de todas as declarações em que o conceito ocorre. Não tenho tempo para lidar completamente com esse tipo de análise, mas é importante para o meu propósito me referir a ela.

(3) A análise postulacional é o tipo de análise usada na construção de um sistema dedutivo.⁴⁶ Considero esse tipo de análise familiar. Basta aqui lembrar que a análise postulacional pode muito bem ser circular e deve ser sistemática. A definição analítica de uma expressão simbólica não deve ser circular; a clarificação analítica de um conceito *poderia* não ser circular e *não pode* ser sistemática. O propósito de todo tipo de análise é nos permitir compreender algo mais claramente. É importante, nesse contexto, lembrar, como Ramsey apontou, que “devemos perceber a vagueza de toda a nossa ideia de compreensão, a referência que ela envolve a uma infinidade de desempenhos, qualquer um dos quais pode falhar e exigir restauração”.⁴⁷ Wittgenstein parece esquecer isso. Caso contrário, ele não poderia ter dito: “Que a lógica é a priori consiste no fato de que não podemos pensar illogicamente” (5.4731). Na minha opinião, Ramsey está certo ao insistir que nosso principal perigo “além da preguiça e da imprecisão, é o *escolasticismo*, cuja essência é tratar o que é vago como se fosse preciso e tentar encaixá-lo em uma

⁴⁶ Em um artigo sobre “*The Method of Analysis in Metaphysics*” [NT: conferir nota de rodapé 45] usei a expressão “análise simbólica” em vez de “análise postulacional”, mas me parece que a primeira expressão é enganosa.

⁴⁷ Frank Plumpton Ramsey. *The Foundations of Mathematics and other Logical Essays*. R. B. Braithwaite e G. E. Moore (eds.). Londres: Routledge & Kegan Paul, 1931. Disponível em: <https://tmypfunam.wordpress.com/wp-content/uploads/2018/03/frank-plumpton-ramsey-foundations-of-mathematics-and-other-logical-essays-routledge.pdf>. Página 264. Sou muito grata aos “*Last Papers*” de Ramsey, publicados neste volume. Mas sei que nem sempre entendi o que ele disse.

categoria lógica exata”. Quero enfatizar que é um erro grave supor que as alternativas são *entendimento*, por um lado, e *simplesmente não entendimento*, por outro. Entendemos com mais ou menos clareza. No esforço de entender com mais clareza, *usamos* palavras e frases e, então, refletimos sobre *como* as usamos e se as usamos de forma a dizer o que é verdadeiro ou o que poderia ter sido verdadeiro, embora por acaso seja falso. Tal reflexão é necessária no caso da análise direcional.⁴⁸

(4) Uma análise direcional de uma sentença “S” consiste em um conjunto de etapas tais que (i) cada etapa resulta em uma sentença (a ser chamada de “resultante”) que é tal que essa sentença revela mais claramente a multiplicidade do fato (expresso tanto por “S” quanto pela resultante), de modo que a resultante mostra mais claramente a estrutura do fato expresso; e (ii) se a análise fosse concluída, a resultante *final* teria a *mesma* multiplicidade que o fato expresso por “S” e pela resultante em cada etapa. Assim, a resultante final revelaria a forma, os elementos e o modo de sua combinação.

Parece-me que a prática filosófica de Moore tem se preocupado com frequência com problemas de análise direcional. Ao menos, acredito que foi com ele que aprendi o que é análise direcional e por que ela é importante. O conjunto de fatos simples que encerram uma análise direcional eu chamo de *fatos básicos*. Na minha opinião, o fato expresso por “Isto é uma mesa” é baseado em um conjunto de fatos básicos, cada um dos quais é um fato absolutamente específico. Se eu julgar verdadeiramente que *isto é uma mesa*, então *isto é uma mesa* implica o conjunto de fatos básicos nos quais *isto é uma*

⁴⁸ No artigo já mencionado, sobre “*The Method of Analysis in Metaphysics*”, tratei da natureza da análise direcional. Meu tratamento neste artigo é muito pouco claro, mas não posso, dentro dos limites desta palestra, tentar expor a posição de forma mais clara.

mesa se baseia. Mas não é verdade, inversamente, que o conjunto de fatos básicos implica *isto é uma mesa*. Portanto, a conjunção do conjunto de sentenças absolutamente simples, cada uma indicando um fato básico, que constituem a resultante final, não produz uma análise completa da expressão “Isto é uma mesa”, pois uma análise deve implicar e ser implicada pela expressão analisada. Assim, para completar a análise, temos que considerar não apenas os símbolos, mas também *como* eles estão *sendo usados* em um determinado caso. Portanto, precisamos ainda de uma teoria da generalidade.⁴⁹

Na minha opinião, o Positivismo Lógico falha em seu tratamento da análise. Wittgenstein e os outros Positivistas Lógicos falam muito sobre análise, mas não consideram os vários tipos de análise, nem mostram em que sentido a filosofia é a análise de fatos. Eles fazem uso da definição analítica de uma expressão simbólica e da clarificação analítica de um conceito, mas não distinguem entre elas. Eles também empregam a análise postulacional. Mas eles não parecem entender a análise direcional e, conseqüentemente, falham em apreender a necessidade dela. Dessa forma, eles se afastam, na minha opinião, da prática de Moore. Não apenas sua concepção de análise é defeituosa, mas, além disso, sua concepção dos *tipos* de fatos a serem analisados é inadequada. Eles tratam todos os fatos como *fatos linguísticos*. Portanto, eles supõem que o primeiro problema da filosofia é determinar os princípios do simbolismo e traçar o limite, *a partir desses princípios*, em relação ao que *podemos* pensar. Essa suposição tem duas conseqüências importantes. Primeiro,

⁴⁹ Não é apenas a falta de tempo, mas também a incompetência que me impede de concluir o tratamento da análise direcional fornecendo uma teoria da generalidade. Acredito que alguma ajuda neste problema pode ser oferecida pelo tratamento de Ramsey de hipotéticos variáveis (ver Ramsey 1931, p. 237-54,). NT: Conferir nota de rodapé 47.

leva à visão de que a filosofia é “a atividade de encontrar significado”, para citar a afirmação de Schlick.⁵⁰ A segunda consequência é que eles tendem a confiar demais na construção de sistemas postulacionais. Algumas palavras devem ser ditas sobre cada uma dessas consequências.

A resposta de Schlick à questão de em que sentido Wittgenstein sustenta que a filosofia é uma atividade é dada na afirmação que acabei de citar. Não sei até que ponto Wittgenstein aceitaria o desenvolvimento de suas visões por Schlick, de modo que limito minha crítica à abordagem de Schlick. Ele diz,

Antes que as ciências possam descobrir a verdade ou a falsidade de uma proposição, elas precisam primeiro chegar ao significado. E às vezes, no decorrer de seu trabalho, elas se surpreendem ao descobrir, pelos resultados contraditórios a que chegam, que usaram palavras sem um significado perfeitamente claro, e então terão que se voltar para a atividade filosófica de esclarecimento, e não podem prosseguir com a busca da verdade antes que a busca do significado tenha sido bem-sucedida.

Espero não estar interpretando mal o que Schlick disse, mas esta afirmação me sugere que ele supõe que “a busca do significado” precede a determinação da verdade ou falsidade de uma proposição. Isso está, penso eu, completamente errado. Na minha opinião, nosso procedimento deve ser o seguinte. Entendendo de forma mais ou menos obscura o que dizemos, podemos, no entanto, saber que o que dizemos é verdadeiro. Indagamos então o que deve ser o caso se o que dissemos for verdadeiro. Dessa forma, podemos chegar a ver mais claramente o que sabíamos. É correto afirmar que conceitos científicos devem ser esclarecidos, mas é confuso supor que esse esclarecimento seja uma busca por significado. A palavra “significado” é muito ambígua, obscura e vaga para ser útil nesse contexto. Creio que o exemplo de Schlick sobre o

⁵⁰ Schlick (1932, p.58). NT: conferir nota de rodapé 22.

esclarecimento do conceito de simultaneidade mostra que ele caiu em alguma confusão. Este ponto mereceria uma consideração detalhada, mas não tenho tempo para ele agora.

O segundo ponto diz respeito ao uso da análise postulacional. Os Positivistas Lógicos foram, na minha opinião, enganados, primeiro, ao aceitar a concepção equívoca de Wittgenstein sobre *o que é dado*; segundo, ao confiar exclusivamente no princípio supremo de Russell sobre a filosofia científica. Consequentemente, eles consideram *mesas*, por exemplo, como *construções do que é dado*. Mas uma *mesa* não é uma *construção*. É verdade que falamos corretamente quando dizemos que “*mesas são construções lógicas*”, mas, ao dizer isso, estamos dizendo algo sobre a maneira como a palavra “*mesa*” pode ser usada em frases comuns; *não* estamos dizendo que aquilo a que a palavra “*mesa*” se refere seja em si uma *construção*.⁵¹ *Pontos e elétrons* podem ser construções; *mesas* certamente não são.

Anteriormente nesta palestra eu disse que o princípio da verificabilidade de Wittgenstein “parecia bastante inócuo”. É verdade que não compreendemos uma proposição a menos que *saibamos o que é o caso* se a proposição for verdadeira. Mas a expressão “*o que é o caso*” não é uma expressão *clara*; na verdade, é excessivamente obscura. Foi a sua interpretação desta expressão que levou os Positivistas Lógicos ao solipsismo. Esta interpretação precisa ser questionada. Wittgenstein diz: “*Die Welt ist alles, was der Fall ist. Die Welt ist die Gesamtheit der Tatsachen [...] die Gesamtheit der Tatsachen bestimmt was der Fall ist und auch, was alles nicht der Fall ist [...] Was der Fall ist, die Tatsache, ist das Bestehen von Sachverhalten.*”⁵²

⁵¹ Veja meu livro *A Modern Introduction to Logic* [NT: conferir de rodapé 45], e J. Wisdom, “*Logical constructions*” [NT: conferir de rodapé 1].

⁵² *Tractatus Logico-Philosophicus*, 1, 1.1, 1.12, 2. Citei em alemão em vez da tradução em inglês pois me parece que, em alguns aspectos, a

Assim, parece que Wittgenstein sustenta que um “fato” é “o que é o caso”, e que o que é o caso é um estado de coisas definido. Assim interpretado, Wittgenstein concorda com o uso comum da palavra “fato”. Ora, é comum dizer que um *fato* é o que torna uma proposição verdadeira ou falsa. Assim, Russell afirma explicitamente: “Se eu digo ‘Está chovendo’, o que eu digo é verdadeiro em uma determinada condição climática e é falso em outras condições climáticas. A condição climática que torna minha afirmação verdadeira (ou falsa, conforme o caso) é o que eu chamaria de ‘um fato’.”⁵³ À primeira vista, não parece haver divergência entre a afirmação de Russell sobre o que é um *fato* e a concepção de Wittgenstein de um *fato*. Mas supor que elas estejam de acordo seria incorrer em um erro grave. Na visão de Russell, um fato é o que *torna* uma proposição verdadeira ou falsa; na visão de Wittgenstein, um fato é o que *verifica* uma proposição, e o que verifica uma proposição é uma experiência minha. Portanto, para tomar o exemplo de Russell da “condição do tempo”, não podemos dizer, segundo Wittgenstein, que a proposição “Está chovendo” se torna verdadeira por, ou corresponde a, um certo fato determinado, que poderia ser descrito pela “condição chuvosa do tempo”. Pelo contrário, “Está chovendo” *significa* um conjunto de fatos *hipotéticos* relativos à minha própria experiência, presente ou futura; esses fatos hipotéticos *verificam* a proposição.

Já aponteí que a objeção de Moore à teoria das coisas materiais de Mill parece-me também se aplicar à interpretação

tradução em inglês pode deturpar as visões de Wittgenstein. NT: em português, “O mundo é tudo que é o caso. O mundo é a totalidade dos fatos [...] a totalidade dos fatos determina o que é o caso e também tudo que não é o caso [...] O que é o caso, o fato, é a existência de estados de coisas.”

⁵³ Bertrand Russell, *The philosophy of logical atomism*, *The Monist*, vol. 28, n.4, pp. 495-527, 1918. Páginas 500–501. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/27900704>.

de Wittgenstein da verificabilidade. Quero agora sugerir que um importante ponto de diferença entre a prática de Moore e a teoria de Wittgenstein parece surgir em relação à sua concepção da relação entre proposições e fatos. O ponto em questão poderia ser formulado na questão de saber se existem fatos *finais* . Podemos dizer que existem fatos que tornam as proposições verdadeiras, ou podemos apenas dizer que as proposições são verificáveis por referência à minha própria experiência? Na minha opinião, existem fatos finais, e esses fatos finais são os fatos que tornam as proposições verdadeiras (ou falsas).

Concluindo, gostaria de expor muito brevemente como, em minha opinião, a filosofia se preocupa com a linguagem. O que normalmente dizemos, dizemos de forma pouco clara. Falamos de forma pouco clara porque pensamos de forma pouco clara. É tarefa da filosofia tornar nossos pensamentos claros. Portanto, não é incorreto dizer que o “objeto da filosofia é o esclarecimento lógico dos pensamentos”. Mas, embora não seja incorreto, essa declaração não é ela própria uma declaração *clara* . Não podemos esclarecer nossos pensamentos pensando sobre o pensamento, nem pensando sobre lógica. Temos que pensar *sobre* o que *estávamos* pensando. O filósofo considera uma *dada expressão* e a analisa para encontrar *outra expressão* que diga mais *claramente* o que a expressão original disse de forma *menos* clara. Essa investigação não é linguística. Devemos primeiro *saber* quais são os fatos antes de podermos empregar a análise com o propósito de esclarecer nossos pensamentos sobre o mundo. Consequentemente, o Positivismo Lógico falha, penso eu, na medida em que tenta partir de pressupostos *a priori* relativos à natureza da linguagem e aos princípios do simbolismo e, por meio destes, traçar limites em relação ao que *podemos* pensar. Seu erro é que buscam tornar *tudo* claro de uma só vez. Mas não é assim que a filosofia pode se desenvolver. Devemos

proceder passo a passo, começando com proposições que *sabemos* serem verdadeiras, sem descartar inicialmente o que não se encaixa. A afirmação de Wittgenstein, “O que pode ser dito, pode ser dito claramente”, é gravemente enganosa. Se for interpretada como afirmando que a filosofia não se preocupa com o que é *inexprimível*, então a afirmação é verdadeira. Certamente, sobre o inexprimível, *nada* pode ser dito. Se, no entanto, for interpretada como afirmando que o que é dito é claro ou é um contrassenso, então é falsa. Mas acredito que Wittgenstein pretende que sua afirmação receba esta segunda interpretação. Nesse caso, seu princípio fundamental deveria, em minha opinião, ser rejeitado. Pois, como Ramsey bem disse, “podemos tornar várias coisas mais claras, mas não podemos tornar qualquer coisa clara”.

Agradecimentos: a tradutora agradece a Ivan Ferreira da Cunha por ajuda com a tradução dos trechos em alemão, pela consulta sobre às referências às publicações do Círculo de Viena, e pela minuciosa revisão do manuscrito; a Gisele Dalva Secco por recomendações acerca da tradução das citações de Wittgenstein; e a Silke Körber, Siobhan Chapman e Alison Willott pela clarificação acerca dos direitos autorais da obra.

(Submissão: 13/10/25. Aceite: 13/01/26)